

Direito Civil

INCLUSÃO DE QUESTÕES

Página 1098

1. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado). Otávio é proprietário e residente do apartamento 706, unidade imobiliária do condomínio edilício denominado União II, e é conhecido pelos vizinhos pelas festas realizadas durante a semana, que varam a madrugada.

Na última comemoração, Otávio e seus convivas fizeram uso de entorpecentes e, em trajes incompatíveis com as áreas comuns do prédio, ficaram na escada do edifício cantando até a intervenção do síndico, que acionou a polícia para conter o grupo, que voltou para o apartamento de Otávio.

No dia seguinte, o síndico convocou uma assembleia para avaliar as sanções a serem aplicadas ao condômino antissocial. Ficou decidido, pelo quórum de $\frac{3}{4}$, a aplicação de multa de cinco vezes o valor da contribuição mensal.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) A multa aplicada é indevida, pois apesar do comportamento de Otávio, ele é proprietário de unidade imobiliária autônoma, assim como os demais condôminos que deliberaram a multa em seu desfavor.

B) O síndico poderia ter aplicado a multa de até cinco contribuições mensais, sem a convocação da assembleia.

C) A aplicação da multa em face de Otávio é ilegal, pois a sanção deveria ser precedida por ação judicial para sua aplicação.

D) O síndico aplicou corretamente a multa. Caso o comportamento antissocial de Otávio persista, a multa poderá ser majorada para até dez vezes o valor da contribuição mensal do condomínio.

Gabarito: D

Comentários: A multa aplicada está correta, conforme a disposição do art. 1337 do Código Civil que determina que o condômino, ou possuidor, que não cumpre reiteradamente com os seus deveres perante o condomínio poderá, por deliberação de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos condôminos restantes, ser constrangido a pagar multa correspondente até ao quántuplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais, conforme a gravidade das faltas e a reiteração, independentemente das perdas e danos que se apurem. Ressalta-se que a multa poderá ser de até o décuplo do valor atribuído à contribuição se houve comportamento antissocial reiterado pelo condômino (art. 1337, parágrafo único, do Código Civil).

2. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado). Márcio vendeu um imóvel residencial, do qual era proprietário, para Sebastião. Animado com esse negócio, o comprador, músico, mencionou ao vendedor sua felicidade, pois passaria a residir em uma casa onde haveria espaço suficiente para colocar um piano.

Porém, queixou-se de ainda não ter encontrado o instrumento ideal para comprar. Neste momento, Márcio comentou que sua filha, Fabiana, trabalhava com instrumentos musicais e estava buscando alguém interessado em adquirir um de seus pianos. Após breve contato com Fabiana, Sebastião foi até a casa dela, analisou o instrumento e gostou muito.

Por tais razões, manifestou vontade de comprá-lo.

Após as tratativas mencionadas, Márcio e Sebastião celebraram contrato de compra e venda de imóvel sob a forma de escritura pública lavrada em Cartório de Notas, com posterior pagamento integral do preço, devido ao vendedor, pelo comprador. De outro lado, Sebastião e Fabiana também celebraram contrato particular de compra e venda do piano, com posterior pagamento integral do valor pelo comprador e entrega por Fabiana do bem vendido.

A respeito da situação apresentada, segundo o Código Civil, Sebastião adquiriu a propriedade

A) tanto do imóvel quanto a do piano, pela tradição dos referidos bens.

B) do piano a partir da tradição desse bem, mas a do imóvel foi adquirida no momento em que se lavrou a escritura pública de compra e venda no Cartório de Notas.

C) do piano a partir da tradição desse bem, mas a do imóvel será adquirida mediante registro do título translativo no Registro de Imóveis.

D) tanto do imóvel quanto a do piano, a partir do momento em que assumiu a posse dos referidos bens.

Gabarito: C

Comentários: No caso do bem imóvel, a transferência da propriedade apenas ocorre com o registro no título no Registro de Imóveis (art. 1.227 do Código Civil). Por outro lado, no caso do piano (bem móvel), a transferência se dá com a tradição (art. 1.226 do Código Civil).

3. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado). Rodolfo e Marília estão casados desde 2005. Em 2010, nasceu Lorenzo, único filho do casal. No ano de 2020, eles resolveram se divorciar, após um período turbulento de discussões e mútuas relações extraconjugais. A única divergência entre o casal envolvia a guarda do filho, Lorenzo. Neste sentido, sublinhando-se que o pai e a mãe apresentam condições de exercício de tal função, relacionando-se bem com o filho e conseguindo separar seus problemas conjugais de seus deveres paternos e maternos – à luz do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

A) Segundo a lei, o juiz, diante do conflito, deverá aplicar a guarda alternada entre Rodolfo e Marília.

B) Como os pais desejam a guarda do menor e estão aptos a exercer o poder familiar, a lei determina a aplicação da guarda compartilhada, mesmo que não haja acordo entre eles.

C) A lei determina a fixação da guarda compartilhada, mas, tendo em vista cuidar-se de divergência sobre a guarda, ela deve ser atribuída a Rodolfo ou a Marília, mas, diante do conflito, a guarda não deve ser atribuída a eles, em nenhuma hipótese.

D) Caso Rodolfo e Marília não consigam decidir de modo consensual a quem caberá a guarda de Lorenzo, o juiz será obrigado a atribuí-la ou a um genitor ou ao outro, uma vez que inexistente hipótese de guarda compartilhada na lei brasileira

Gabarito: B

Comentários: Com base no art. 1.584, § 2º, do Código Civil, quando ambos os genitores estão aptos para exercer o poder familiar, mas não há um acordo, o magistrado deverá aplicar a guarda compartilhada.

4. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado). João dirigia seu carro, respeitando todas as regras de trânsito, quando foi surpreendido por uma criança que atravessava a pista. Sendo a única forma de evitar o atropelamento da criança, João desviou seu veículo e acabou por abalroar um outro carro, que estava regularmente estacionado.

Passado o susto e com a criança em segurança, João tomou conhecimento de que o carro com o qual ele havia colidido era dos pais daquela mesma criança. Diante das circunstâncias, João acreditou que não seria responsabilizado pelo dano material causado ao veículo dos pais. No entanto, para sua surpresa, os pais ingressaram com uma ação indenizatória, requerendo o ressarcimento pelos danos materiais.

Diante da situação hipotética narrada, nos termos da legislação civil vigente, assinale a opção correta.

- A) João cometeu um ato ilícito e, como consequência, deverá indenizar pelos danos materiais causados, visto inexistir causa excludente de ilicitude da sua conduta.
- B) A ação de João é lícita, pois agiu em estado de necessidade, evitando um mal maior e, sendo assim, não deverá indenizar os pais da criança.
- C) A ação de João é lícita, pois agiu em estado de necessidade, evitando um mal maior, porém subsiste o seu dever de indenizar os pais da criança.
- D) João cometeu um ato ilícito, porém o prejuízo deverá ser suportado pelos pais da criança.

Gabarito: B

Comentários: No caso em tela, João agiu em estado de necessidade para evitar prejuízo ao infante. Porém, como o bem atingido (veículo) pertence aos pais da criança salva, que por negligência deixaram a criança em situação de risco, João não tem o dever de indenizá-los. Vide arts. 188 e 929, ambos do Código Civil.

5. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado). João, Cláudia e Maria celebraram contrato de compra e venda de um carro com Carlos e Paula. Pelo respectivo contrato, Carlos e Paula se comprometeram, como devedores solidários, ao pagamento de R\$ 50.000,00. Ficou estabelecido, ainda, solidariedade entre os credores João, Cláudia e Maria.

Diante do enunciado, assinale a afirmativa correta.

- A) O pagamento feito por Carlos ou por Paula não extingue a dívida, ainda que parcialmente.
- B) Qualquer dos credores tem direito a exigir e a receber de Carlos ou de Paula, parcial ou totalmente, a dívida comum.
- C) Impossibilitando-se a prestação por culpa de Carlos, extingue-se a solidariedade, e apenas este responde pelo equivalente.
- D) Carlos e Paula só se desonerarão pagando a todos os credores conjuntamente.

Gabarito: B

Comentários: A resposta da questão exige o conhecimento da solidariedade nas obrigações. No caso em tela, conforme o art. 275 c/c o art. 267 do Código Civil, o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

Em relação aos devedores solidários, qualquer um deles pode quitar a dívida e haverá a extinção da obrigação. A impossibilidade de pagamento por um dos devedores não extingue a solidariedade, mantendo-se o débito integral. Por fim, os devedores solidários poderão pagar aos credores em conjunto ou individualmente.

6. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado). João Paulo, Thiago, Ana e Tereza, amigos de infância, consultam um advogado sobre a melhor forma de, conjuntamente, desenvolverem atividade com o propósito de auxiliar na educação formal de jovens de uma comunidade da cidade ABC.

Os amigos questionam se deveriam constituir uma pessoa jurídica para tal fim e informam ao advogado que gostariam de participar ativamente da administração e do desenvolvimento das atividades de educação. Além disso, os amigos concordam que a referida pessoa jurídica a ser constituída não deve ter finalidade lucrativa.

Diante do cenário hipotético narrado, o advogado(a) deverá indicar

A) a necessidade de constituição de uma associação e alertar aos amigos que o custeio da referida associação deverá ser arcado por eles, tendo em vista a ausência de finalidade lucrativa.

B) a necessidade de constituição de uma associação que poderá desenvolver atividade econômica, desde que a totalidade dos valores auferidos seja revertida para a própria associação.

C) a constituição de uma fundação, porque é a modalidade mais adequada para que os amigos possam participar ativamente da administração e das atividades de educação.

D) a constituição de uma fundação e alertar aos amigos que o custeio da referida fundação deverá ser arcado por eles, tendo em vista a ausência de finalidade lucrativa e a impossibilidade de aportes financeiros por outras pessoas que não pertencem à fundação.

Gabarito: B

Comentários: Como trata-se de uma pessoa jurídica sem fins lucrativos, o advogado deve indicar a constituição de uma associação, consoante o art. 53 do Código Civil. Salienta-se que as associações podem desenvolver atividade econômica, desde que os rendimentos sejam revertidos na própria associação, vedada a repartição aos sócios.

7. (FGV – XXXVI Exame de Ordem Unificado). Henrique, mecânico da oficina Carro Bom, durante a manutenção do veículo de Sofia, deixado aos seus cuidados, arranhou o veículo acidentalmente, causando danos materiais à mesma. Ciente de que Henrique não tinha muitos bens materiais e que a execução em face de Henrique poderia ser frustrada, Sofia pretende ajuizar ação indenizatória em face da oficina Carro Bom.

A esse respeito, é correto afirmar que Carro Bom responderá

A) pelos danos causados a Sofia, devendo-se perquirir se houve culpa em eligendo pela oficina de um preposto desqualificado.

B) subsidiariamente pelos danos causados por Henrique, caso este não tenha bens suficientes para saldar a execução.

C) objetivamente pelos danos, sendo vedado o regresso em face do mecânico que atuou culposamente, pois a oficina não poderá repassar o risco de seu negócio a terceiros.

D) objetivamente pelos danos, sendo permitido o regresso em face do mecânico que atuou culposamente.

Gabarito: D

Comentários: Conforme art. 932, III, do Código Civil, o empregador responde por seus empregados, serviçais e prepostos no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele. Há no caso a responsabilidade objetiva da oficina que independe de dolo ou culpa. Basta a demonstração da conduta lesiva, do resultado danoso e do nexos de causalidade. Como Henrique trabalha na Oficina, essa é responsável pelos atos que aquele pratica e tenha causado prejuízos a terceiros. Uma vez que haja o pagamento pela Oficina, é possível o regresso contra o mecânico.